



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMITÊ PERMANENTE DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL**

ATA DE REUNIÃO

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO COMITÊ PERMANENTE DE PRESERVAÇÃO E
GESTÃO DOCUMENTAL – COMPPGED – 2022**

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO

22/03/2022	09h30	Videoconferência
------------	-------	------------------

MEMBROS PRESENTES

Desa. Maria das Graças Morais Guedes
Ana Caroline Leal Vasconcelos
Dr. Jailson Shizue
Dr. Euler de Moura Jansen
Dr. Carlos Sarmento
Ney Robson Pereira de Medeiros
Marconi
Samuel Rodrigues
Raphael

LINK PARA GRAVAÇÃO

[https://us02web.zoom.us/rec/share/xEGqaeEzoDWurwi5_F8Bxd9jdaLqHnWapJggUzUUMN
CYhSIKslGVXMo4HZ0o95HI.uWlxjFQJ62Yu2pua?startTime=1647952287000](https://us02web.zoom.us/j/84461212121) (Senha:
3!US+%TS)

PAUTA

- 1) Retomada da publicação dos editais de eliminação dos processos físicos migrados para o PJE
- 2) Designação da Comissão Permanente de avaliação documental (CPAD'S)

DEBATES

Aos vinte e dois dias do mês de março do ano de 2022, pelas 09h30, reuniram-se por videoconferência os membros do Comitê Permanente de Preservação e Gestão Documental do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba para a sexta reunião ordinária. Os trabalhos foram iniciados pela Desa. Maria das Graças Morais Guedes, que apresentou a pauta da reunião: Retomada da publicação dos editais de eliminação dos processos físicos migrados para o PJE e Designação da Comissão Permanente de avaliação documental (CPAD'S). Iniciada a discussão sobre o descarte dos processos físicos após a digitalização, analisando dispositivos trazidos da Resolução 324/2020 do CNJ, e após informações sobre o procedimento em outros tribunais se fez necessária revisão dos procedimentos adotados pelo TJPB. Após deliberação, decidiu-se elaborar um expediente para provocação formal à Presidência do CNJ para esclarecimento e orientação acerca do procedimento de descarte e um ofício circular às unidades judiciais suspendendo a publicação dos editais de eliminação dos processos físicos migrados para o PJE e o descarte em andamento de processos já publicados até análise da manifestação do CNJ. Prosseguindo com a pauta, passou-se a avaliação da equipe para formação da Comissão Permanente de Avaliação Documental, após deliberação foram sugeridos e avaliados os nomes dos servidores para compor o CPAD e assentou-se a elaboração da minuta de um Ato da Presidência para a sua constituição. Sem mais nada a tratar, foi proposto o encerramento da reunião e feitos os seguintes encaminhamentos:

1. Elaboração de um ofício à Presidência do CNJ para orientação e esclarecimento acerca do descarte de processos já digitalizados;
2. Elaboração de um ofício circular às unidades judiciais deste Tribunal suspendendo a publicação de editais de eliminação de processos e o descarte em andamento de processos já publicados até a análise da resposta do ofício a ser enviado ao CNJ;
3. Elaboração de minuta de Ato da Presidência para designação dos servidores que comporão a Comissão Permanente de Avaliação Documental (CPAD) do Tribunal de Justiça da Paraíba e encaminhar para a Presidência.

A próxima reunião ficou agendada para o dia 26/04/2022.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Presidente da Comissão.